

Os reféns da crise

A PRISÃO de diretores de escolas particulares é a exacerbção de um processo em que o Poder Público, impotente para dar atendimento aos mandamentos constitucionais, vem procurando enquadrar a iniciativa privada na área do ensino como passível de uma espécie de sequestro social, praticado pelo Governo sob pretexto de zelar pelo interesse público.

O DIRETOR atrás das grades personalizará o refém que estava faltando. Mas o que está em questão não é o abuso em relação a um conjunto de normas — mas a ausência de normas, gerando perplexidade e fomentando o caos.

NO Rio de Janeiro, a prisão só virá a acontecer porque a Secretaria de Educação recusou-se, pela terceira vez consecutiva, a homologar uma deliberação do Conselho Estadual de Educação sobre o reajuste de mensalidades escolares, que a Justiça determinou que esse órgão elaborasse.

A SITUAÇÃO não pode ser mais explícita: a Justiça manda o Conselho de Educação elaborar a norma, o Conselho faz uma, a Secretaria de Educação não gosta. O Conselho faz outra, a Secretaria também não gosta. O Conselho faz uma ter-

ceira, aprovada em plenário com um único voto contrário, e a Secretaria não quer homologar. Não é procedimento de quem deseja evitar a crise. Mas mantém coerência com uma administração estadual que já dissolveu dois Conselhos de Educação, num melancólico recorde nacional.

ENQUANTO isso, o Governo do Estado se defronta, no ensino público, com três problemas urgentes, agudos e dramáticos.

O PRIMEIRO evidenciou-se em declarações públicas do Coordenador de Ensino de Segundo Grau do Estado: este ano, cerca de 12 mil alunos da rede pública não poderão se formar ou ser promovidos por não terem tido professores de diversas matérias ao longo do ano. Razão: aguarda-se a realização de um concurso cujo edital se perdeu nas entradas burocráticas do Governo Moreira Franco.

O SEGUNDO problema é o salário básico do magistério público estadual, que em outubro caiu de tal forma que praticamente igualou-se ao salário-mínimo. Nunca isso ocorreu no Rio de Janeiro. Mas no Dia do Mestre o Governo do Estado anunciou um aumento de 45%,

e mais um plano de carreira. Não é razão para se festejar: os professores saíram de um para um e meio salário-mínimo.

A EXISTÊNCIA do terceiro problema é demonstrada pelo que ocorre fora do Rio: em São Paulo, já está aberta a reserva de vagas na rede oficial para o próximo ano letivo. Ou seja, com os mesmos problemas práticos, lá o contribuinte já recebe essa satisfação mínima: saber com quem, quando e onde procurar a possibilidade de uma vaga na rede oficial.

QUEM vai pagar por tudo isso? As escolas particulares serão cada vez mais obrigadas a se desincumbrir daquilo que a Constituição manda que o Governo faça: garantir ensino para toda a população escolar. E seguirá em frente, em grau crescente de adversidade e decrescente de qualidade. Diz a Constituição que as autoridades públicas competentes respondem sob pena de responsabilidade "pelo não oferecimento do ensino obrigatório" (artigo 208, parágrafo segundo). Se isso for exigido com a mesma velocidade e energia como estão sendo tratados os diretores de escolas particulares, será justo que estes tenham, na cadeia, inesperada companhia.